

Carta de São Paulo

Adotada pelas centrais sindicais africanas e pela CUT Brasil no dia 29 de abril de 2011 em São Paulo, Brasil

Nós, centrais sindicais africanas: UNTA Angola, COSI e CSA Benin, CCSL e UNTC CS Cabo Verde, UNTG Guiné Bissau, NLC Nigéria, UNSAS, UDEN e CNTS Senegal, COSATU África do Sul, CSTT Togo, CSI África, StreetNet Internacional com participação dos alunos/as da Universidade Global do Trabalho no Brasil, entre outros países, da Gana, Libéria, República Democrática do Congo e da Tanzânia juntamente com a CUT Brasil reunidos na cidade de São Paulo, Brasil do dia 25 de abril ao dia 1 de maio, reconhecendo os laços históricos que unificam os continentes sul americano e africano, reafirmamos a importância do fortalecimento dos laços forjados durante a era de imigrantes transatlânticos da África e que são agora parte da sociedade brasileira com o objetivo de construir e renovar essas relações importantes na era da globalização neoliberal.

Esses laços históricos entre Brasil e África remontam dos dias de escravidão e aprofundaram-se também na luta pela abolição, como também na luta pela libertação do colonialismo na África.

Nós reconhecemos e apreciamos os importantes esforços realizados pelo governo brasileiro na implementação de políticas sociais e econômicas destinadas a corrigir os desequilíbrios históricos que levaram a marginalização dos trabalhadores/as e pobres na estrutura social do país. Medidas as quais, a nosso ver, são importantes lições para o nosso trabalho como sindicalistas no continente africano, em particular, em um momento que estamos empenhados em lutar agressivamente para combater as desigualdades coloniais e neocoloniais e o legado do subdesenvolvimento.

Porém, a dívida com os afro descendentes no Brasil ainda é muito grande e por isso é necessária uma estratégia a longo prazo que garanta a durabilidade e sustentabilidade dos ganhos até o momento e o avanço para um futuro justo e igualitário para todos/as, independente de gênero, raça e etnia.

No mesmo espírito, nós reconhecemos a persistência de um legado injusto de subdesenvolvimento, desigualdades e de extrema pobreza que continuam a definir as experiências de vida da maioria das pessoas na África, trabalhadores/as em particular, e assim chamamos o movimento sindical a desempenhar um papel de liderança na mobilização da sociedade para enfrentar as "doenças" social, econômica e política para o avanço da justiça e de um desenvolvimento que tenha como centro o ser humano.

Foi uma semana de discussões vibrantes e ricos intercâmbios culturais e de socialização de experiências pelos trabalhadores/as de ambos os continentes

em um verdadeiro espírito de irmandade e de orgulho comum. Nesse sentido, entre outros assuntos, discutimos sobre:

1. O significado e a prática do trabalho decente em relação às estruturas sociais e econômicas e como elas impactam para os trabalhadores/as e pobres;
2. Os processos de desenvolvimento de políticas, diálogo social e o ambiente político nos quais as alternativas macroeconômicas estão sendo discutidas com o objetivo de avançar rumo a um desenvolvimento justo e inclusivo;
3. As experiências dos países em desenvolvimento e como eles estão engajados na transformação dos seus modelos de desenvolvimento, estruturas sociais e como estão sendo criadas parcerias para avançar rumo a uma agenda social em comum;
4. Os desafios de um desenvolvimento sustentável e inclusivo e uma nova ordem social nos nossos países com referências específicas ao fortalecimento das relações sul/sul para a redefinição da injusta ordem mundial econômica.

Nesse sentido, as seguintes propostas foram feitas a serem consideradas no desenvolvimento de um quadro de cooperação e também como base para futuras iniciativas entre nós e com o restante do movimento sindical internacional:

1. Devemos avançar com um modelo de desenvolvimento que coloque as pessoas no centro de todo o processo;
2. A luta contra a globalização neoliberal e suas manifestações tais como privatização e precarização do trabalho são parte integrante da luta pelo trabalho decente;
3. Reafirmamos a centralidade do papel de Estados democráticos na condução do desenvolvimento e na criação de condições que permitam a participação popular na elaboração do desenvolvimento de políticas e da gestão pública;
4. A neoliberalização da economia não só aprofundou as desigualdades e a pobreza, como também piorou as condições de trabalho através de massiva informalização, precarização e insegurança geral do trabalho, que tem definitivamente um caráter feminino, já que as mulheres são as piores vítimas. É por isso que a luta pela organização dos trabalhadores/as do setor informal e de trabalhadores/as domésticos tem que ser uma prioridade;

5. Reafirmamos o direito do povo pela autodeterminação e condenamos ocupações e intervenções militares externas. Nós apoiamos as lutas populares e democráticas do povo que demandam o direito soberano de governar a si mesmos. O mesmo se aplica ao controle e posse dos recursos naturais pelo povo;
6. Nós estamos fortemente comprometidos para que os nossos governos nacionais se engajem na necessidade de assegurar um acordo progressivo que inclua a redução das emissões de CO2 e que haja financiamento disponível para que os países em desenvolvimento enfrentem os desafios da mitigação e da adaptação nos caminhos de transição que nos preparam para uma economia verde global;
7. Nossa compreensão das relações sul/sul baseia-se nos seguintes princípios:
 - a. A luta por uma nova e justa ordem internacional baseada na solidariedade, cooperação e igualdade;
 - b. O desenvolvimento dos sistemas socioeconômicos nos nossos países confrontam com o subdesenvolvimento, pobreza, desigualdades e uma alocação injusta de recursos que resulta na exclusão da maioria da vida produtiva e significativa;
 - c. A agenda da cooperação sul/sul e suas perspectivas devem ser dirigidas e de propriedade das pessoas e de suas organizações e nesse caso, o movimento sindical tem um papel central a desempenhar. É por esse motivo que nós nos comprometemos a um papel central e de liderança do movimento sindical na definição e direção desse envolvimento ativo das pessoas por uma solidariedade global, direitos trabalhistas e justiça social a todos/as.
 - d. Comprometemos-nos a promover deliberadamente cooperação, troca de conhecimento e de experiências em várias áreas, como o trabalho de pesquisa, ciência e tecnologia para melhorar as condições de vida e de trabalho, mudanças climáticas e modelos organizacionais para uma efetiva solidariedade entre trabalhadores/as.
 - e. Identificar e acompanhar as atividades das empresas multinacionais nos nossos países, para nos assegurar da nossa capacidade em defender os direitos dos trabalhadores/as, o meio ambiente e as nossas economias. Isso poderá ser feito através da melhora do contato entre trabalhadores/as da mesma empresa para que os mesmos/as possam socializar experiências em como responder a reestruturação do local de trabalho e também a práticas anti-sindicais.

- f. Para aprofundar a perspectiva de trabalho decente não só como um elemento do local de trabalho, mas como um instrumento de luta contra a pobreza e para assegurar uma vida decente para todos/as. Nesse sentido, significa assegurar uma distribuição de renda justa e acesso igualitário aos recursos e poderes para todos os trabalhadores/as e a sociedade no geral.

Nós nos solidarizamos com todos trabalhadores/as e pessoas que lutam contra a injustiça, exploração e perseguição de qualquer forma, pois acreditamos que essas lutas são parte integrante da nossa luta por trabalho e vida decentes.